



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

13/02/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Greve contra privatização é abusiva, diz TST

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) definiu pela primeira vez como abusiva uma greve de trabalhadores contra a venda de uma companhia estatal à iniciativa privada. A decisão estabelece jurisprudência para novos julgamentos.

A Seção de Dissídios Coletivos da corte julgou, na segunda-feira (11), a paralisação dos trabalhadores da Eletrobras em junho de 2018 como um movimento político, e não econômico ou profissional.

Com a decisão, o movimento deixa de se configurar como greve, e a empresa pode descontar os dias parados do salário do trabalhador.

Para o ministro Ives Gandra Martins Filho, há um abuso quando a paralisação tem caráter político, desvirtuando o direito de greve.

“O Estado é que vai decidir se vai privatizar ou não, o Congresso Nacional. São os representantes do povo. Então a greve se transforma em manifestação política, como grupo de pressão ou lobby sobre o Legislativo.”

Durante a sessão da segunda, o ministro Renato Lacerda, vice-presidente do TST, afirmou que o pagamento relativo aos dias em abono ao movimento não deve ocorrer porque a paralisação não cumpre os requisitos estabelecidos em lei.

“Se trata de um movimento legítimo, de protesto, mas que não se enquadra na figura típica prevista em lei que autorizaria o afastamento da abusividade”, disse.

O ministro-relator, Maurício Godinho, porém, afirmou que quase toda paralisação tem uma dimensão política e, no caso específico de privatização, o trabalhador quer se manifestar.

“Todos sabem, e há vários estudos nessa linha, que a privatização provoca o ceifamento de quase 50% dos empregos nas empresas. Então obviamente que é um direito constitucional legítimo dos trabalhadores.”

Por quatro votos a seis, venceu a posição de Gandra, que disse não enxergar causa trabalhista na parada dos servidores da estatal.

A decisão do tribunal deverá impactar possíveis movimentos de servidores contra privatizações prometidas pelo governo Jair Bolsonaro.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 13/02/2019

Definição sobre idade mínima na reforma da Previdência será de Bolsonaro

Elaborada pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), a proposta de reforma da Previdência prevê que pontos mais sensíveis, como a idade mínima para aposentadorias, sejam ajustados de acordo com o desejo do presidente Jair Bolsonaro. Uma das possibilidades estabelece que homens e mulheres tenham que completar 65 anos para se aposentar. Esse patamar, no entanto, subiria gradualmente para não prejudicar quem já está perto de cumprir os requisitos atualmente em vigor. Apesar de ser o preferido da equipe econômica, esse cenário sofre resistência na ala política do governo e, especialmente, de Bolsonaro. Segundo assessores do presidente, ele não aceitaria uma proposta que iguale a idade mínima entre homens e mulheres. A ala política do governo teme que uma exigência de 65 anos para ambos os sexos, como quer Guedes, pode gerar mais críticas a Bolsonaro por parte das mulheres, mais resistentes a votarem nele no período eleitoral. Técnicos do Ministério da Economia, então, fizeram cálculos para uma reforma da Previdência com patamares etários mais baixos.

As simulações com idades diferentes incluem uma proposta já defendida por Bolsonaro em entrevista a um canal de televisão: 62 anos para homens e de 57 anos para mulheres. Mas Guedes é contrário a um patamar menor que 60 anos para as trabalhadoras. Para isso, a ideia é fazer um período de transição próximo a dez anos, intervalo durante o qual a idade mínima suba gradualmente. Uma fórmula estudada é elevar até o fim do governo Bolsonaro a idade das mulheres para 57 anos e dos homens a 62. Porém, ambos patamares mirariam o ideal de 60 e 65 anos, respectivamente.

Outro cálculo feito leva em consideração uma idade mínima de 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres, seguindo a versão final da reforma da Previdência enviada pelo ex-presidente Michel Temer.

Atualmente há duas formas de se aposentar. A primeira é por tempo de contribuição, que exige 35 anos de pagamentos ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para homens e 30 anos para mulheres.

O segundo modelo é a aposentadoria por idade, que atende aos mais pobres. Os requisitos são: idade de 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres) e 15 anos de contribuições.

A depender da escolha de Bolsonaro, a transição também será ajustada. Esse é o período para que a idade mínima de aposentadoria, que subiria gradualmente, atingisse o último degrau. Quanto menor a faixa etária, menor será a transição. Isso porque Guedes tem como meta propor uma reforma que represente uma economia próxima de R\$ 1 trilhão nos próximos dez anos.

A transição também é parte de divergências dentro do governo. A equipe política do governo defende uma mudança "mais lenta". A transição deve ser um sistema de pontos, somando a idade com o tempo de contribuição previdenciária. A avaliação da equipe econômica é que quanto mais baixa a idade mínima de aposentadoria, mais curta terá que ser a transição. Se a idade sugerida por Bolsonaro, de 62 (homens) e 57 (mulheres) prosperar, por exemplo, será necessário atingi-la até o fim de seu mandato, ou seja, até 2022. Neste caso, a transição seria concluída em quatro anos, bem mais rápido do que os 20 anos sugeridos com a idade alvo de 65 anos. Com isso, o ajuste é mais rápido, embora resultado abaixo da cifra de R\$ 1 trilhão. Como a ideia é igualar o regime de aposentadoria dos servidores públicos ao dos trabalhadores da iniciativa privada, a idade mínima a ser escolhida pelo presidente afetaria ainda as aposentadorias de funcionários públicos. Alguns, como professores, têm regras especiais.

Assim que tiver alta do hospital Albert Einstein, em São Paulo, Bolsonaro receberá da equipe econômica a versão da reforma com os pontos ajustáveis, informou nesta terça-feira (12) o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho.

De acordo com o secretário, o texto que será apresentado para avaliação final do presidente é "bem diferente, bastante diferente" da versão vazada à imprensa na última semana.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 13/02/2019